ESTADO DA ARTE APÓS 10 ANOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL INSERIDA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Saúde

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

FIRMINIO, T. S.[1]; OSCHOSKI, C.[2]; VIEIRA, L. T.[3]; PEREIRA, L. L. [4]; BOOS, A. D. S. [5]; COFRE, G. J. C. [6]

RESUMO

Neste trabalho, nas escolas públicas de Florianópolis, mostramos a inserção do tema da educação sexual no conteúdo da disciplina de Ciências e de Matemáticas e desenvolvido com alunos do ensino fundamental. A temática foi abordada por meio de oficinas construídas em conjunto com os professores titulares das disciplinas e inseridas no seu planejamento anual. Os objetivos foram: desenvolver o tema de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), particularmente Sífilis e suas maneiras de prevenção, assim como os determinantes sociais da contaminação dos adolescentes e jovens. Dentre os resultados, confirmamos a inserção da educação sexual como tema transversal no currículo escolar. Consideramos ser possível a educação sexual através de uma abordagem multidisciplinar entre profissionais e acadêmicos das áreas da educação e da saúde, contribuindo para uma maior proteção dos adolescentes da região sul do Brasil.

Palavra-chave: educação sexual; escolas públicas; currículo escolar.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão, iniciado em 2011, busca auxiliar as escolas públicas no desenvolvimento de atividades voltadas para a sexualidade e o autocuidado. A importância dessa ação é sustentada por dados do Boletim Epidemiológico HIV/AIDS de 2017, o qual mostrou que, naquele ano, a taxa de incidência de

[1] Tauane dos Santos Firminio, aluno [Enfermagem].
[2] Carolina Oschoski, aluno [Enfermagem].
[3] Luiza Todeschini Vieira, aluno [Enfermagem].
[4] Luiza Lese Pereira, aluno [Biologia].
[5] Alessandra Daniele da Silva Boos, servidor docente.
[6] Gonzalo Jaime Cofre Cofre, servidor docente [Coordenador].

infecções por HIV em Florianópolis (SC) foi de 59,5/100.000 habitantes (BRASIL, 2018).

Embora incluída nas normativas legais como um tema transversal que deve ser trabalhado em todas as disciplinas (SANTA CATARINA, 2014), a educação sexual ainda é vista como um tabu. Em muitos casos, o enfoque é no discurso biomédico, centrado principalmente na anatomia dos órgãos reprodutivos, fertilidade, gravidez e contracepção. Questões importantes, como autoestima, diversidade e respeito, raramente são abordadas (DA SILVA; GUERRA; SPERLING, 2013).

Neste trabalho, mostraremos a mais recente e desafiadora experiência do projeto: inserir o tema educação sexual no currículo da disciplina de ciências e simultaneamente no currículo de matemática realizando a mesma oficina em dois contextos curriculares diferentes. A importância de trabalhar unindo os conhecimentos das ciências Biológicas e Matemáticas com a educação sexual reside especialmente no desenvolvimento de uma representação e interpretação gráfica da realidade social, como a contaminação de adolescentes e jovens com Sífilis e também uma reflexão crítica das práticas sociais dos grupos humanos e suas relações afetivas mais diversas. Em último termo, as oficinas pretenderam empoderar os jovens para que possam investigar e intervir sobre a realidade da transmissão de ISTs, reconhecendo-se como parte integrante da natureza e da sua comunidade.

2 METODOLOGIA

A educação sexual foi abordada através de oficinas elaboradas com base na matriz curricular de Matemática do sétimo ano do ensino fundamental do município de Florianópolis. Identificou-se a habilidade e competência a ser adquirida no âmbito da disciplina: Planejar e coletar dados de pesquisa referentes a práticas sociais escolhidas pelos alunos, ou que possibilitou a inclusão do tema. Em Ciências do sétimo ano identificamos a habilidade de interpretar as condições de saúde da comunidade dentro do tema geral bactérias que possibilitou trabalhar o tema Sífilis.

Os participantes também foram convidados a responder um questionário simples, o qual foi aplicado em dois momentos. No primeiro, antes da realização

das oficinas, buscava-se avaliar os conhecimentos prévios dos escolares sobre os assuntos. Em seguida, com a reaplicação, quinze dias depois, avaliamos os conhecimentos adquiridos através das oficinas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 18 escolares matriculados no 7º ano do ensino fundamental foi convidado a participar das oficinas. A população estudada estava constituída por adolescentes de ambos os sexos com idade entre 12 e 14 anos.

Em relação aos conhecimentos prévios sobre ISTs, 75% dos escolares desconheciam a sífilis como sexualmente transmissível. Na primeira oficina, nas aulas de ciências, eles conheceram as bactérias causadoras da sífilis, gonorreia e clamídia, além de receberem algumas informações-chave a respeito dessas infecções sexualmente transmissíveis. O foco principal foi conhecer os sintomas e os métodos de prevenção e assim eles foram apresentados aos métodos para prevenção de ISTs e de contracepção disponíveis no Sistema Único de Saúde, com o destaque no uso da camisinha nas relações sexuais. Também, a atividade auxiliou na elucidação de que muitas das infecções podem ser consideradas “invisíveis”, ou seja, uma pessoa infectada pode não apresentar sinais e sintomas da doença, facilitando, assim, a contaminação.

Na segunda oficina, na aula de matemática, os alunos foram instigados a desenhar e graficar em porcentagens a realidade social de contaminação de adolescentes e jovens e convidados a refletir o motivo pelo qual os jovens, cada vez mais cedo, estão se contaminando com IST’s como sífilis. Segundo dados do IBGE 2022 nas Capitais, em 2019, 59,0% dos escolares afirmaram que usaram camisinha na última relação sexual; entretanto, em 2009, o percentual era de 72,5% (BRASIL, 2022). Portanto o estado da arte da educação sexual indica a importância de manter um estado vigilante dos programas de educação sexual, porque os adolescentes estão se protegendo menos.

No questionário de avaliação, 15 dias após as intervenções, observamos que 90% dos escolares, reconheceram a sífilis como uma ISTs, seus sintomas e a camisinha como um método seguro e necessário de prevenção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual, quando implementada em ambiente escolar, está diretamente associada à redução da contaminação por ISTs no início da idade adulta (Vivancos e col., 2013). Assim, trazer a realidade dos estudantes para a sala de aula permite obter a participação e intervenção dos alunos no rumo à construção do conhecimento e desenvolvimento de suas competências e habilidades em múltiplas dimensões (KRAFT et al., 2012).

Foi possível mostrar que é a educação sexual pode ser inserida como um tema multidisciplinar no contexto das Ciências e da Matemática. Contudo, embora os dados apresentados sejam positivos, reconhecemos que o projeto tem um alcance muito limitado enquanto não inserido em uma ação política maior. É necessário que uma relação interinstitucional seja estabelecida entre universidades, escolas (Ministério da Educação) e centros de saúde (Ministério da Saúde), a fim de proporcionar ao jovem uma experiência em educação sexual capaz de transformá-lo em agente modificador do espaço que vive.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Boletim Epidemiológico DSTs/AIDS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. **Pesquisa Nacional da saúde do Escolar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

DA SILVA, D. R. Q.; GUERRA, O. U.; SPERLING, C. Sex education in the eyes of primary school teachers in Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brazil. **Reproductive health matters**, v. 21, n. 41, p. 114–23, 2013.

KRAFT, J. M. et al. Sex education and adolescent sexual behavior: Do community characteristics matter? **Contraception**, v. 86, n. 3, p. 276–280, 2012.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica.** Florianópolis: Secretaria do Estado da Educação, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade**: Uma abordagem baseada em evidências. 2. ed. [*S. l.*: *s. n.*], 2019. 148 p.

VIVANCOS, R. et al. School-based sex education is associated with reduced risky sexual behaviour and sexually transmitted infections in young adults. **Public Health**, v. 127, n. 1, p. 53–57, 2013.